

A RELIGIÃO na cena pública

AS REITERADAS MENÇÕES A “DEUS” durante a votação no plenário da Câmara dos Deputados que deu início ao processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff deixaram parte da população brasileira entre a perplexidade e a indignação. Isso deu lugar a uma miríade de manifestações inflamadas que buscavam desqualificar a votação e os deputados, voltando-se a atenção – como em inúmeras situações antes desta – majoritariamente para os integrantes da chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE).

Não raro, tais manifestações tendem a generalizar a desqualificação a toda população evangélica, além de tomarem a presença desses representantes como ilegítima. Isso, no entanto, pode entrar em colisão com o próprio processo democrático que pretendem defender.

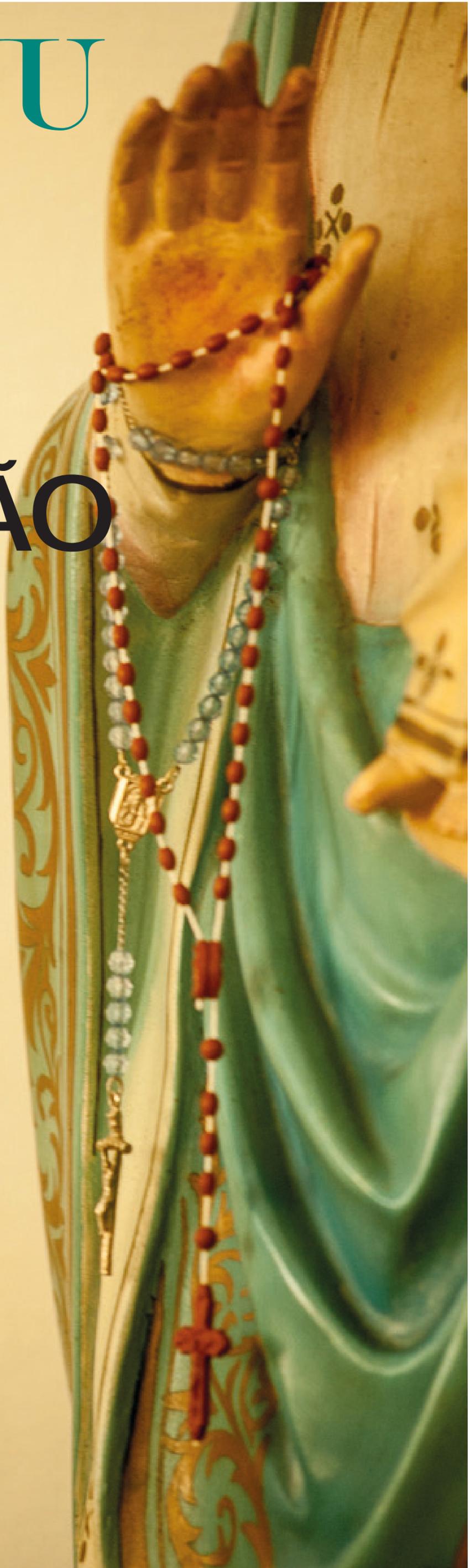
A FPE, por sua vez, lidera ações marcadas por um caráter fundamentalista, buscando impor suas posições a toda a população, como no caso do projeto legislativo solicitando a sustação do decreto que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal. Esse panorama conflitivo aponta para a premente necessidade de se compreender o fenômeno da proliferação dos parlamentares que se proclamam evangélicos e, em termos mais amplos, de promover o debate acerca das dinâmicas de interação entre a religião e a esfera pública, em especial no âmbito da política.

Se os questionamentos iniciais se dirigiam especificamente aos evangélicos, tornou-se evidente ao longo da construção deste caderno que a questão é mais complexa, tendo em vista o paradigma normativo exercido pela Igreja Católica no Brasil. Além disso, a noção idealizada de laicidade, com a separação fundamental entre Igreja e Estado, se viu frequentemente contestada pelos dados apresentados pelos entrevistados, os quais atestam um crescente engajamento de grupos religiosos na vida pública.

A discussão que se segue nas próximas páginas se estrutura a partir de relatos de diferentes pesquisadores que estudam a religião a partir da perspectiva das ciências sociais. O propósito é elaborar um entendimento frente a perguntas que interroguem sobre qual o lugar possível para a religião na esfera pública; os significados da atuação evangélica; se seus atores são representativos em relação aos posicionamentos da população; se o conservadorismo é uma marca dessa parcela da população; se antes de sua presença na política a religião estava ausente; o modo de encarar o pluralismo crescente na sociedade e os conflitos que se seguem; e, por fim, o modo de lidar com princípios conflitantes, mantendo o diálogo democrático.

TEXTO
FELIPE EWALD

FOTOS
FLÁVIO DUTRA



Crítica e autocrítica

“Com frequência, as pessoas acham que estão certas. Tentar repensar a própria posição, num tipo de autocrítica, é algo muito difícil. É um desafio que eu vejo para a nossa sociedade, ao tornar-se pluralista, o que ela não era antes”, opina Eduardo Dullo, professor do departamento de Antropologia da UFRGS.

No contexto atual de agitação social e incerteza política, grupos antagônicos (em questões sensíveis como família e direitos sexuais) rapidamente transformam aqueles que discordam de si em inimigos, e não em uma posição válida, ou mesmo não válida, mas que ainda assim deva ser discutida na vida social. “Vemos um crescimento de fundamentalismos ou fanatismos que obedecem a vários pontos de vista, porque eu não acho que seja algo restrito a uma posição, seja ela religiosa ou não. Os discursos de ódio são mais visíveis em alguns blocos do que em outros, mas a ideia de que não é necessária a existência daquela posição na vida social é presente em vários deles. A questão é como isso vai se desenvolver: se a gente vai se matar ou se vamos aprender a conviver com a diferença; e, necessariamente, nesse transcurso, a relação entre religião e política sofrerá alterações. Isso já vem ocorrendo na medida em que não há mais a posição de hegemonia da Igreja Católica”, pondera o docente.

Perda de autoridade – Um dos alvos – e igualmente perpetradores – desse tipo de discurso, a atuação de forças evangélicas na política ganha visibilidade a partir dos anos 2000 – ainda que já estivessem presentes na Assembleia Constituinte. Até a década de 1990, a Igreja Católica ocupava um lugar hegemônico na sociedade. Eduardo aponta que a posição católica se constituiu na segunda metade do século XX, com a teologia da libertação, numa frente progressista à esquerda que se opunha ao regime militar e, quando este acabou, teve dificuldade de se reposicionar na medida em que o principal elemento contra o qual ela se mobilizava publicamente deixou de existir.

Na mesma época, ocorre a ascensão do neoliberalismo no Brasil. Em confluência com este, segundo Diana Lima, pesquisadora da UFRJ, há o crescimento da teologia da prosperidade das Igrejas Neopentecostais. Conforme aponta no artigo “*Trabalho*”, “*mudança de vida*” e “*prosperidade*” entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, há uma relação entre o crescimento da conversão ao neopentecostalismo, que prega uma

existência terrena de prosperidade e incentiva os fiéis a empreenderem, e a economia de mercado, marcada pelo elogio ao sucesso.

Já a Igreja Católica não estava afinada com o discurso neoliberal, engajando-se na produção da sociedade democrática. “A gente poderia dizer que, muitas vezes, ela acabou se tornando a sociedade civil, o terceiro setor. Isso deixou aberto um espaço muito grande para outras igrejas e denominações. Já tínhamos também o crescimento do feminismo e do movimento LGBT dos anos 1970 em diante. É uma série de processos que vão se aglutinando e divergindo em alguns pontos-chave, como a noção de família ou a prescrição de posições de gênero e sexualidade. Criam-se novos centros de legitimidade moral e de autoridade para posições que as pessoas possam assumir. A Igreja Católica perde, então, a autoridade moral de dizer o que é correto”, complementa Dullo.

Essa autoridade também dizia respeito ao fato de a Igreja Católica constituir o paradigma normativo que servia de referência para definir o que é religião. Assim, para se constituir socialmente, as outras religiões precisavam mostrar uma similaridade com as características daquela.

O professor Emerson Giumbelli, também ligado ao departamento de Antropologia da Universidade, sustenta que isso tem a ver com o papel histórico atribuído ao catolicismo na formação da sociedade brasileira. “Lembremos que por quase quatro séculos vigorou um regime de religião oficial, encerrado com o início da República. Mas mesmo hoje em dia a Igreja Católica, seus representantes e seus símbolos têm um lugar destacado. São exemplos: a proeminência política da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a existência de capelas em hospitais públicos, a presença de crucifixos em tribunais e plenários de casas legislativas. Isso pode dificultar a consolidação da ideia de que somos um país de diversidade religiosa”, constata.

Normatividade – A naturalização da posição católica se faz igualmente presente nos modos de atuação política. “Por exemplo, a Igreja Católica historicamente operou para desmontar candidaturas. Ela diz: ‘Eu não concordo com esse candidato. O que ele defende não corresponde à posição católica.’ Isso incentiva os fiéis a não votarem nele. Mas não dirá: ‘Este é o nosso candidato. Vote nele.’ E isso os evangélicos fazem”, sublinha Eduardo,

lembrando que são modos divergentes de relação entre a autoridade religiosa e seus fiéis.

Ele cita como exemplo uma cartilha que a Igreja Católica fez para orientar os fiéis a votarem nas eleições, que continha uma lógica da instrução, mas para que as pessoas livremente tomassem a sua decisão. Para o antropólogo, esse modo de relação que a gente identifica como cidadão, democrático e livre se constituiu no Brasil por meio da Igreja Católica. Assim, ela tem participação na construção da noção de secular e de cidadania entre nós.

“Em contrapartida, quando uma igreja chega lá e diz: ‘Este é o melhor candidato. Vote nele. Ele é de Deus’, a gente vê como uma aberração, porque historicamente não tivemos isso. Mas é outro modo de relação entre a autoridade do pastor e seus fiéis. É algo bem complexo e diferente do que se tinha. A gente pode não gostar, mas outros podem gostar. É complicado dizer categoricamente que está certo ou errado”, alerta Eduardo.

Uma situação em que a posição católica se confunde com a democrática pode ser observada numa controvérsia estudada pelo pesquisador ocorrida durante as eleições municipais para a prefeitura de São Paulo em 2012, na qual saiu vencedor Fernando Haddad (PT). O arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, acusou a candidatura de Celso Russomanno (PRB), inicialmente um forte candidato, de ser intolerante religiosamente e de não ser laica e democrática, o que desestabilizou a campanha coordenada por Marcos Pereira, pastor licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, deixando-a inclusive fora do segundo turno.

“O interessante é que, ao observar a Igreja Católica denunciando essa posição, é possível tornar visível a posição católica assumida como legítima, seja como religião, seja como secular. Em circunstância alguma isso é visto como uma interferência da religião na política, embora tenha sido um dos fatores importantes para desmontar a campanha num momento em que Russomanno era o primeiro em intenção de votos. O ponto é que – e nisso as pesquisas históricas ajudam muito – a Igreja Católica construiu para si, ao longo do século XX a nossa própria percepção de secular. A concepção naturalizada de secular é uma posição católica. Então, muitas vezes, quando as pessoas falam que estão defendendo a laicidade, elas estão defendendo a posição que a igreja católica construiu ao longo do século XX no Brasil”, explica Eduardo.



Separação – Por outro lado, os evangélicos pentecostais são sistematicamente identificados como inimigos do Estado Laico, em parte porque destoam com força da posição naturalizada. Sua presença na sociedade é marcada pelo crescimento em termos populacionais – no último censo, 22% da população se declararam cristãos não católicos. Já entre os deputados, 18% se declaram evangélicos, o que configura um equilíbrio na representação parlamentar – ao menos numericamente. “Pensando democraticamente, isso seria uma intromissão ou de fato representa o contingente populacional? Eles estão tendo visibilidade, e isso tem desestabilizado o que até então era o nosso normal, como quando as mulheres começaram a se eleger para cargos eletivos, e as câmaras não tinham banheiro feminino. São transformações que necessariamente desestabilizam a posição que estava naturalizada”, lembra Dullo.

Ele alerta, no entanto, que a população que se identifica como evangélica não concorda necessariamente com

o que é feito em nome dela, já que os deputados são pessoas fazendo coisas em nome da religião e isso nem sempre corresponde ao que aquela denominação defende, prega, e muito menos ao que os adeptos da religião pensam.

De qualquer maneira, o que historicamente se constata é que a religião sempre teve espaço no Estado, estando em questão apenas como ocorrem os modos de relação entre elas. “O Reino Unido é um Estado confessional e isso não faz com que ele deixe de ser moderno ou pluralista; pelo contrário, é uma das origens das noções de pluralismo, tolerância, liberdades individuais e dos movimentos secularistas. Não vejo, então, possibilidade de acontecer qualquer movimento de bloqueio dessa relação. A gente pode é observar os modos de relação realmente existentes”, comenta o pesquisador.

No caso do modelo de laicidade francês, em que a religião é excluída da esfera pública, ele argumenta que se perde de vista o processo histórico que levou a ele. Há registros de que a retirada dos crucifixos das escolas se



deu por um processo democrático em que as comunidades atendidas votavam se queriam retirar ou não o símbolo religioso. Isso foi ocorrendo ao longo das décadas em que foram estabelecidas as escolas públicas. “Então, não foi uma medida autoritária, legislativa ou judiciária, mas a própria comunidade decidia. Não vejo esse processo democrático acontecendo no Brasil. Aqui as coisas acontecem muito como um ativismo judiciário, vindo uma ordem superior para determinar a retirada, não é uma ação societária que passe por uma consulta à população que utiliza aquele local. Assim, democraticamente, nossa laicidade destoa do modelo francês”, completa.

Circunstancial – O estudo de situações públicas em que não ocorrem conflitos entre as posições também ilumina o que se pode identificar sobre o que é religião e laicidade e o que faz os agentes sociais considerarem que algo é uma intromissão ou um uso legítimo da religião.

Eduardo cita como exemplo o caso

em que o senador Magno Malta (PR), para promover o combate à pedofilia, utiliza o discurso em defesa da família – o mesmo que costuma ser aplicado para impedir avanços de legislações relativas a direitos sexuais. Assim, fica aparente que nem sempre o problema é a presença da religião no Estado ou na política, mas quais posições aquilo defende e quem será afetado. “Então, ninguém vai apoiar os pedófilos, mas quando essa posição impede o atendimento no hospital para mulheres vítimas de violência sexual, como há projetos de lei tramitando, haverá reação de determinada população. Os conflitos se passam necessariamente no embate das relações de poder, amplificado pelo fato de que certas posições passaram a expressar publicamente aquilo que consideram válido e legítimo e a se contrapor ao que consideram ilegítimo e equivocado. É mais quando a gente observa quais sensibilidades ou posições são feridas quando a religião aparece publicamente do que o fato em si de ela aparecer publicamente”, conclui o antropólogo.

SAGRADOS EM CONFLITO

A Igreja Católica costumava se colocar como a defensora do bem comum, acusando os evangélicos de defenderem posições específicas em vez de algo que fosse bom para todos. Por outro lado, como era hegemônica, não existiam posições fora dela. Não obstante, fica em aberto a questão de como lidar com posições particulares. Eduardo Dullo afirma que se torna mais complicado quando estas querem que suas determinações sejam válidas para a totalidade do corpo social, ou seja, não apenas defendem que determinado comportamento seja possível e legal, mas impedem a existência de formas discordantes.

Nesse embate, na avaliação de Raquel Weiss, professora do departamento de Sociologia da UFRGS, o que se apresenta são apenas os “microsagrados” particulares de cada grupo – por exemplo, o da comunidade LGBT e o das Igrejas Neopentecostais – que se envolvem em conflitos sem resolução. Ela salienta que o sagrado se caracteriza como o princípio que está fora de negociação e que não é questionado, aquilo que tem um valor excepcional e orienta todo o sentido da vida de alguém.

Raquel assevera que essas disputas particularistas ocorrem pela fragilidade de um sagrado articulador, o qual seria representado pela democracia baseada

na defesa dos direitos humanos (DH). “Durante a abertura após a ditadura houve um momento de reafirmação dos valores democráticos. Só que isso não foi suficientemente traduzido na formação de uma ‘educação moral’ democrática, não se formou um ethos democrático. Isso não é trabalhado sistematicamente nas escolas, sobretudo nas públicas”, argumenta.

Como ilustração, ela cita uma pesquisa que investigou em duas escolas como se articulava a noção de religiosidade com a de DH. As pessoas que ocupavam cargos de direção tinham um pertencimento religioso, o que fazia com que trouxessem atores religiosos para dentro da escola. “Então, o discurso sobre o que eram direitos humanos era permeado pela religião, não que isso em si fosse um problema, mas não havia outra formação que complementasse. Além disso, havia a presença de atitudes hostis, como na fala de uma entrevistada que afirmava serem os DH importantes, mas que não gostava de gays”.

“Como não tivemos a formação da consciência moral democrática, a gente tem dificuldade de conceber a democracia como algo além de ir até a urna depositar o voto. É uma concepção que, na prática, fica esvaziada”, conclui Raquel.



Pluralidade evangélica

Atualmente, mais de 40 milhões de pessoas se identificam como evangélicos no Brasil. Desde meados dos anos 1990, foram construindo um espaço na cena pública brasileira, sendo capazes de quebrar o monopólio da Igreja Católica não só em termos da religiosidade, mas também na cultura e na política.

Ao elegerem representantes para os poderes legislativos começam a aparecer disparidades de comportamento em relação aos atores católicos. Conforme a professora Maria das Dores Machado, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), isso decorre de uma falta de traquejo, já que não têm muita formação política nem experiência de atuação na área e acabam reproduzindo na esfera pública o mesmo discurso religioso que fazem nas igrejas. Já os representantes católicos, por terem maior formação e prática, conseguem falar num tom mais político.

Conservadorismo – No Congresso Nacional, os evangélicos passaram a se tornar mais visíveis por estarem mais bem organizados no campo religioso para tirar proveito do atual momento de instabilidade política. “O processo político-eleitoral que tomou forma nos últimos anos tornou possível que um segmento dessa representação religiosa na política – majoritariamente neopentecostal – fosse conquistando cada vez mais espaço. Eles formam o setor mais fechado da direita protestante que pretende impor uma agenda que está na contramão de grande parte das conquistas de direitos sociais e culturais obtidas por algumas minorias”, avalia Joanildo Burity, pesquisador titular da Fundação Joaquim Nabuco, instituto federal voltado a pesquisas sociais com sede em Recife.

No entanto, comenta Maria das Dores, apesar de parecer que são os evangélicos os conservadores, na verdade, conservadora é a maioria do Congresso, que conta muito mais com católicos do que com evangélicos. Estes têm força porque se aliam a outros segmentos, como os próprios católicos e representantes do agronegócio e da indústria armamentista. É por meio das alianças, inclusive, que vão se apropriando das pautas conservadoras e conseguem impor sua visão de mundo. “Tenho entrevistas com missionários que falam: ‘Olha, nós estamos aprendendo com os católicos o combate ao aborto’. Embora eles sempre tenham compreendido a prática como pecado, fazer disso uma pauta política foi algo aprendido nas articulações com os católicos. Então, existe uma troca muito grande, a despeito da competição por fiéis”, informa.

Segundo a professora, são dois segmentos religiosos com história e inserção social diferentes. Os evangélicos são minoria e vêm de estratos sociais mais baixos. A elite brasileira, por outro lado, é majoritariamente católica. É uma diferença que faz com que aqueles sejam vistos como “os outros”, e isso causa um estranhamento que dá a impressão de serem uma ameaça à democracia e à laicidade. “Gostaria de chamar a atenção para o fato de que a Igreja Católica também intervém muito na esfera pública e na política. Todo esse debate, por exemplo, com relação à ‘ideologia de gênero’, é muito mais fomentado pelo Vaticano do que pelos evangélicos. Desde que o movimento feminista conseguiu que os documentos da Conferência de Pequim (Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres), promovida pela ONU em 1995, introduzissem os conceitos de gênero e de direitos reprodutivos, existem documentos de atores católicos caracterizando-os como demoníacos. O que temos hoje é que esse debate, no Brasil, vem sendo reforçado pelos evangélicos. O Bispo do Rio de Janeiro, Don Orani Tempesta, por sua vez, também enviou cartas aos fiéis e fez programas de televisão falando sobre a ‘ideologia de gênero’”, relata.

Diversidade evangélica – Se o termo evangélico é genérico e impreciso demais para descrever esse contingente populacional, também dentro do segmento pentecostal há muitas nuances. Como lembra Joanildo, a elite parlamentar não pode ser confundida com o conjunto dos pentecostais. Existe uma grande quantidade de fiéis espalhados pelo Brasil que não segue a orientação dessa minoria parlamentar e não tem, inclusive, votado nela. Entretanto, em função da saliência que tem, essa elite conservadora presente nas instituições representativas do país consegue o efeito de falar em nome de todos eles.

O conservadorismo que se expressa em tentar barrar os avanços no campo dos direitos sociais e sexuais não é ponto pacífico, havendo um embate bastante grande nas igrejas em relação a esses temas. “Pesquisas sobre mulheres pentecostais, por exemplo, realizadas nos últimos anos em todo o país, chamaram a atenção para uma visão, digamos, não radical de empoderamento. Isso não é a mesma coisa que a defesa dos direitos femininos, mas é algo interessante para discutir seu papel nessas igrejas. O surgimento de pastoras é muito maior nas pentecostais, especialmente nas pequenas denominações pulverizadas. Então, nesse aspecto de conquista

cultural, há muita heterogeneidade em seu interior”, aponta o pesquisador.

Além disso, revela, há indícios de uma nova geração pentecostal escolarizada que se beneficiou dos avanços de acesso ampliado da população negra e pobre à educação superior. Eles começam a trazer de volta uma postura muito mais autônoma e questionadora sobre o poder no interior das igrejas e sobre a coerência entre as exigências éticas e o comportamento público dos representantes.

Laicidade – Se, no modelo de separação entre Igreja e Estado, caberia à religião permanecer apenas na esfera privada, Joanildo aponta para um fenômeno de desprivatização. Para ele, é uma das maneiras pelas quais minorias religiosas histórica ou recentemente ignoradas ou invisibilizadas conseguiram ser vistas e ouvidas pelo restante da sociedade. Ou seja, elas vêm se politizando e ocupando o espaço público, dentre outras coisas, para garantir sua voz em relação a sociedades com religião oficial ou majoritária. Elas se desprivatizaram, procurando lançar mão dos recursos disponíveis para que o seu espaço pudesse ser minimamente reconhecido no contexto social.

“No momento em que há uma multiplicidade de grupos religiosos que não aceitam mais serem representados pela maioria religiosa e que só veem condições de terem sua visibilidade e dignidade reconhecidas pela via da politização, a pressão sobre as instituições jurídico-políticas para a separação entre igreja e estado se torna muito mais complexa. Hoje temos o grande desafio de continuarmos pensando nestes termos: um Estado que não assume o patrocínio de qualquer religião nem sua perseguição ou constrangimento, ao mesmo tempo que isso se dá num contexto de intensa pluralização religiosa, crescimento da tensão entre a não religião e a religião. Todos cobram do Estado que se mantenha neutro e, por outro lado, garanta o direito e assegure o espaço a esses diferentes atores. Essa dinâmica é internamente contraditória, porque não tem como exigir do Estado que, ao mesmo tempo, fique fora e entre, que não se meta mas regule”, explica o pesquisador.

Joanildo assevera que essa é hoje uma questão espinhosa porque a dinâmica da desprivatização religiosa não pode ser vista apenas como algo negativo que ameaça a ordem democrática. Em parte, ela é uma das manifestações da ampliação do imaginário democrático para além das instituições políticas formais, levando à emergência de novos movimentos sociais e culturais.

Existe uma grande quantidade de fiéis que não segue a orientação dessa minoria parlamentar e nem tem votado nela